Macroeconomia

O PIB DE 2014 E O ANO DE 2015

Clemens Nunes*

OS NÚMEROS do PIB no 2º trimestre de 2014 indicam que a economia brasileira está em recessão técnica no 1º semestre do ano. A recessão técnica é definida pelos economistas como a sequência consecutiva de queda da atividade econômica em dois trimestres em relação ao trimestre imediatamente anterior – neste caso, uma queda de 0,2% no 1º trimestre e de 0,6% no 2º trimestre de 2014. Dado que os números do PIB estão sujeitos a uma revisão posterior pelo IBGE, essa caracterização ainda não é definitiva. Mas qual a razão dos economistas distinguirem uma recessão técnica de uma recessão? Um quadro de recessão é caracterizado não só pela queda pontual da atividade econômica, mas também pela queda do nível de emprego, da renda real, da produção industrial e das vendas. Como uma queda relevante na atividade econômica tem efeitos defasados sobre estas demais variáveis, os economistas só conseguem datar com exatidão as mudanças dos ciclos econômicos com atraso. Como exemplo, o Comitê de Datação de Ciclos americano (NBER) caracterizou o pior momento da recessão nos Estados Unidos em junho de 2009, porém o fez apenas em setembro de 2010. Seria como diagnosticar a doença após o paciente estar curado ou morto. Para se antecipar o diagnóstico, os economistas utilizam regras de bolso, como no caso dos dois trimestres consecutivos de queda do PIB. Regras de bolso simplificam decisões, mas não funcionam bem em todos os casos.

No caso da economia brasileira, seria a recessão técnica uma simplificação indevida ou um processo generalizado de recessão? Embora o conjunto de indicadores ainda não caracterize uniformemente uma recessão, a sua tendência é preocupante. Na ótica da oferta, os números da indústria apontam inequivocamente na direção recessiva. O PIB da indústria cai consecutivamente há quatro trimestres, enquanto a produção industrial caiu 1,6% no ano comparado ao ano passado, conforme dados da PIF-PF (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física) do IBGE. O emprego no setor caiu 3,6% em relação ao ano passado, configurando a 34ª queda seguida do indicador. O setor de serviços, que crescia ininterruptamente desde o 1º trimestre de 2009, apresentou queda de 0,5% em relação ao trimestre anterior. A desaceleração deste setor ameaça o crescimento do emprego, por tratar-se do maior empregador na economia e responsável pela dinâmica positiva do mercado de trabalho. A agropecuária, que cresceu 0,2% em relação ao trimestre anterior, manteve uma tendência positiva, porém o cenário prospectivo aponta na direção de preços de *commodities* mais baixos e desaceleração da demanda externa. Na ótica da demanda, o consumo, que tem contribuído majoritariamente para o crescimento do PIB, teve a menor alta desde o 1º trimestre de 2004 (0,3%). Fortemente dependente do emprego e do salário real, o consumo sofrerá com a desaceleração do mercado de trabalho, a inflação elevada e o endividamento crescente das famílias. Por sua vez, o investimento seguiu sua trajetória descendente, caindo 5,3% em relação ao trimestre anterior, comprometendo o crescimento no curto prazo e sua perspectiva futura.

Dado o estado presente e prospectivo da economia brasileira, vale a pena indagar como faremos para sair dessa ameaça recessiva. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que os fatores favoráveis ao crescimento econômico até 2010 não estão mais presentes. A rápida incorporação ao mercado da força de trabalho disponível, o salário real crescendo acima da produtividade, a demanda externa favorável, os preços elevados das nossas *commodities* e a política monetária expansionista das economias desenvolvidas são, agora, um retrato na parede. A mudança desse cenário requer uma gestão da política econômica distinta no curto e no longo prazos. No curto prazo, os desafios são enormes para o próximo governo. Primeiramente, é necessário criar um horizonte de previsibilidade na economia, recuperando a credibilidade da política fiscal e trazendo previsibilidade às políticas monetária e cambial. Os desequilíbrios nesse campo passam por aumentar o superávit primário, trazer a inflação para o centro da meta num horizonte crível e elaborar uma estratégia de saída para os *swaps* cambiais colocados pelo Banco Central. Tudo isso num cenário de realinhamento de preços domésticos, com grande impacto sobre a inflação. São ajustes impopulares e difíceis, particularmente num cenário de queda da atividade econômica e do emprego. No longo e médio prazos, a recuperação do crescimento deve ser sustentada pelo aumento da produtividade e da competitividade na economia, em que o investimento, a capacitação do capital humano e o aumento gradual da concorrência são fundamentais. Para recuperarmos nossa trajetória de crescimento sustentado, não há saída indolor. Escolhas difíceis deverão ser feitas entre o presente e o futuro, entre grupos de interesses e a maioria. Escolhas difíceis que não prescindem da presença de estadistas. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV)